

PERSPECTIVAS NATURALIZANTES DE NIETZSCHE EM ‘ALÉM DO BEM E DO MAL’¹

Helmut Heit

TU-Berlin – Institut für Philosophie

RESUMO: O título deste *paper* conecta duas palavras, frequentemente aplicadas ao pensamento de Nietzsche, mas usualmente não de forma simultânea, dado que perspectivismo e naturalismo são frequentemente vistos como conceitos alternativos, ou mesmo contraditórios. Enquanto o perspectivismo é associado a leituras estéticas, construtivistas, kantianas e mesmo relativistas e pós-modernas de Nietzsche, a noção de naturalismo o aproxima da ciência, do empirismo e do realismo. Por esta razão, muitos dos que atribuem a Nietzsche versões de perspectivismo abrigam reservas com relação a leituras naturalistas e vice versa. Esse *paper*, todavia, argumenta que Nietzsche não defende ou desenvolve abertamente ‘naturalismo’ ou ‘perspectivismo’ na forma de doutrinas ou teorias. Devemos ser relutantes em aplicar denominadores, aparentemente tão estreitos a sua filosofia, haja vista poderem muito bem ser, fundamentalmente, enganadores. Ademais, tais abordagens tendem a resultar em preconceitos confirmados ao invés de novas ideias. Então, com relação a questão de se Nietzsche deve ser chamado de um ‘naturalista’, me parece que a maldade [*evil*] tem peso consideravelmente maior do que a necessidade, nesse caso. Nietzsche não ensina doutrinas mas exemplifica, testa e propõe certas práticas filosóficas, sendo que essas sim contêm características naturalistas e perspectivísticas. Ele convida o seu leitor a adotar perspectivas naturalistas e as explora experimentalmente nos seus respectivos contextos práticos a fim de perseguir um dado projeto. As abordagens naturalizantes de Nietzsche da mente, filosofia e ciência, seu aparente empirismo, sensualismo e materialismo são sempre contrapesados por uma epistemologia crítica.

ABSTRACT: The title of this paper connects two words, which are often applied to Nietzsche's philosophy, but usually not simultaneously, since perspectivism and naturalism are often seen as alternative or even contradictory concepts. While perspectivism is associated with aesthetic, constructivist, Kantian if not relativist and postmodern readings of Nietzsche, the notion of naturalism brings him closer to science, empiricism and realism. Accordingly, many of those who ascribe versions of perspectivism to Nietzsche harbour reservations against naturalistic readings and vice versa. However, this paper argues that Nietzsche neither develops or defends 'naturalism' nor 'perspectivism' in the form of spelled out doctrines or theories. We should be reluctant to apply such apparently strict denominators to his philosophy, since they may well be fundamentally misleading. Moreover, such approaches tend to result in confirming preconceptions rather than generating new ideas. So regarding the question whether Nietzsche should be called a 'naturalist' it seems to me that evil severely outweighs necessity in this case. Nietzsche does not teach doctrines but exemplifies, tests and proposes certain philosophical practices. These philosophical practices contain of naturalistic and perspectival features. He invites his readers to adopt naturalist

¹ Tradução do original realizado por Leonardo Camacho de Oliveira (Mestre em Filosofia e bacharel em Direito e Filosofia pela UFPel)

perspectives and he experimentally explores them in his practical contexts to pursue a certain project. Nietzsche's naturalizing accounts of mind, philosophy, and science, his apparent empiricism, sensualism, and materialism are always counterbalanced by critical epistemology.

0. Introdução.

Nomes de posições filosóficas são um mal necessário. São necessários pois temos a necessidade, de tempos em tempos, de nos referir a uma posição ou doutrina afirmada e seria cansativo ter de continuamente reafirmá-las. Elas são más pois são concebidas enquanto designativas de escolas de pensamento, objetos de fidelidade internamente e objetos de descrédito externamente, e ainda obstáculos, interna e externamente, a busca da verdade (W.V. Quine: Naturalismo; Ou, vivendo dentro de seus meios, 1995).

O título deste *paper* conecta duas palavras, frequentemente aplicadas ao pensamento de Nietzsche, mas usualmente não de forma simultânea, dado que perspectivismo e naturalismo são frequentemente vistos como conceitos alternativos, ou mesmo contraditórios. Enquanto perspectivismo é associado a leituras estéticas, construtivistas, kantianas e mesmo relativistas e pós-modernas de Nietzsche, a noção de naturalismo o aproxima da ciência, do empirismo e do realismo. Por esta razão, muitos dos que atribuem a Nietzsche versões de perspectivismo abrigam reservas com relação a leituras naturalistas e vice versa. Esse *paper*, todavia, argumenta que Nietzsche não defende ou desenvolve abertamente ‘naturalismo’ ou ‘perspectivismo’ na forma de doutrinas ou teorias. Devemos ser relutantes em aplicar denominadores, aparentemente tão estreitos a sua filosofia, haja vista poderem muito bem ser, fundamentalmente, enganadores. Ademais, tais abordagens tendem a resultar em preconceitos confirmados ao invés de novas ideias. Então, com relação a questão de se Nietzsche deve ser chamado de um ‘naturalista’, me parece que a maldade [*evil*] tem peso consideravelmente maior do que a necessidade, nesse caso. Nietzsche não ensina doutrinas mas exemplifica, testa e propõe certas

práticas filosóficas, sendo que essas sim contêm características naturalistas e perspectivísticas. Ele convida o seu leitor a adotar perspectivas naturalistas e as explora experimentalmente nos seus respectivos contextos práticos a fim de perseguir um dado projeto. As abordagens naturalizantes de Nietzsche da mente, filosofia e ciência, seu aparente empirismo, sensualismo e materialismo são sempre contrapesados por uma epistemologia crítica.

A fim de observar a conexão entre práticas perspectivistas e naturalizantes em Nietzsche, devemos nos debruçar sobre ambas as ideias, sendo que nenhuma delas é bem definida. Ademais, tanto o naturalismo quanto o perspectivismo estão ordenadamente entrelaçados com a ciência, outra palavra de amplo espectro e definição pobre. Portanto, os dois capítulos iniciais irão tratar de questões preliminares de análise conceitual. Após uma reconstrução das visões prevalentes sobre o problema do naturalismo em Nietzsche, voltar-me-ei as eminentes dificuldades em explicá-lo. O fato de o 'naturalismo' ser um tema escorregadio, o que conseqüentemente torna sua aplicação a Nietzsche mais difícil, explica a grande variedade de leituras naturalistas, não-naturalistas, anti-naturalistas e supranaturalistas que o autor recebeu através dos últimos cem anos. Os dois próximos capítulos fornecem uma análise esquemática do primeiro livro de *Além do bem e do mal*. Estes 23 aforismos sobre os preconceitos dos filósofos exemplificam, simultaneamente, práticas de redução naturalista, propostas normativas ou terapêuticas e epistemologia cética. Se tomarmos a composição de BM/JGB em consideração, o entrelaçamento e equilíbrio compensativo de elementos naturalistas, perspectivistas e normativos torna-se óbvio. Nietzsche não desenvolve o perspectivismo ou o naturalismo enquanto doutrinas, mas, ao invés disso, emprega perspectivas naturalistas, conscientes de sua validade limitada.

1. Era Nietzsche um naturalista?

“Somos todos naturalistas agora” escreveu Roy Wood Sellars em 1922 no seu livro seminal *evolutionary naturalism* (naturalismo evolutivo)², capturando uma orientação programática geral de seu tempo, a qual continuamente ganha uma maior aceitação entre os filósofos. Não é, portanto, uma surpresa que a conexão de Nietzsche com o naturalismo também tenha se tornado um tópico prevalente, apesar do fato de que o termo naturalismo não tenha para ele muito uso, pois era seu costume evitar definições reificadas. O termo aparece três vezes na sua obra publicada duas delas relacionadas à escola naturalista nas artes e literatura (cf. BT 7; HAH I 221). Tal era a aplicação prevalente da palavra pelos competentes e bem educados oradores do final do século XIX.³ Somente no *Crepúsculo dos ídolos* Nietzsche utiliza o termo ‘naturalismo’ em acepção não estética, co-extensiva a ‘saudável’ (CI/GD moral 4).⁴ O projeto filosófico de Nietzsche, no entanto, e alguns de seus comprometimentos autorreflexivos parecem estar alinhados a algum tipo de naturalismo, e uma proximidade a posições naturalistas pôde, portanto, ser observada em várias ocasiões dos estudos em Nietzsche do último século. Mas a maioria dos estudiosos anteriores de Nietzsche enxergaram o naturalismo como uma visão inocente e não-filosófica. Isto confirma a impressão de Sellars

² Cf. Sellars (1922, vii). Sellars, no entanto, imediatamente acrescenta “esse naturalismo comum é de um tipo muito vago e generalista, capaz de abranger uma imensa diversidade de opiniões”.

³ A obra *Friedrich Nietzsche und der Naturalismus* de Ola Hansson publicada em 1891 ilustra esse fato. Hansson argumenta que o estilo de Nietzsche bem como seu foco na subjetividade o colocou em oposição estrita ao naturalismo de Zola, Ibsen, Tolstói e suas preferências pelo feio e pelo sujo. Essa leitura, embora embasada pelas afirmações negativas de Nietzsche contra o naturalismo parisiense de Zola (e.g. in GS 347, 3.583), subestima seus elogios por Stendhal e negligencia trechos naturalistas de sua própria poesia.

⁴ “Todo naturalismo na moralidade – o que quer dizer: toda moralidade saudável – é governada por um instinto de vida” (CI/GD moral 4 – transl. Judith Norman). NietzscheSource.org mostra mais 17 ocorrências, cuja maioria emprega a dimensão artística da palavra. Algumas notas da juventude falam de um naturalismo ético em conexão com a medicina (LN 1873, 29 [230]; 30 [15]) ou jesuítas (LN 1873, 30 [24]). Uma nota tardia opõe naturalismo e mecanicismo (LN 1885, 43 [2]). Finalmente uma nota do outono de 1887 anuncia um programa de redução e re-tradução de valores morais à natureza e identifica tal tendência como ‘naturalismo moralístico’ (LN 1887, 9 [86]). Mas Nietzsche continua a utilizar o termo em outros sentidos, igualmente, e também posteriormente conecta criticamente naturalismo com o romantismo do século XVIII, o feminismo e o altruísmo (LN 1887, 9 [179]).

de que a maioria de seus contemporâneos filósofos é relutante em adotar, de forma explícita, uma filosofia naturalista, sobretudo em decorrência das deficiências de um naturalismo *a la* Pearson, Haeckel ou Huxley (cf. Sellars 1922, 7). Consequentemente, o naturalismo era usado em um sentido depreciativo para rejeitar a visão de Nietzsche, ou argumentava-se que o aparente naturalismo de Nietzsche não era sua última palavra. Um exemplo do primeiro é Alfred Dörner, que defendia que a redução de Nietzsche da moralidade “correspondia a tendência naturalista de seu tempo” enquanto seu peculiar “naturalismo romântico” não poderia de forma alguma servir como uma visão de mundo filosófica (Dörner 1911, 188f). Alguns dos estudiosos mais influentes do pensamento nietzschiano são exemplos da segunda postura.

Karl Jaspers argumentou que Nietzsche emprega elementos de ambos os lados da fronteira entre não-filosofia (i.e. positivismo, naturalismo, biologismo e pragmatismo) e filosofia (i.e. pensando transcendência mesmo após a morte de Deus) (Jaspers 1936, 439). Visão não muito distante da de Walter Kaufmann, que chegou a utilizar um *dicionário de filosofia e psicologia* para atribuir a definição de naturalismo nele contida a Nietzsche: “uma visão que simplesmente limita a si mesma ao que é natural ou normal em sua explicação como contrário ao que transcende a natureza como um todo ou é de qualquer forma sobrenatural ou místico” (Kaufmann 1974 [1950], 102). Wolfgang Müller-Lauter igualmente pertence ao grupo dos que veem uma simbiose de naturalismo e pensamento transcendental em Nietzsche e alerta contra reduções de parte a parte (Müller-Lauter 1974, 84). Günter Abel e Richard Schacht, da mesma forma, pretendem convencer seus leitores que o aparente naturalismo de Nietzsche não é um reducionismo fisicalista (Abel 1984, 6; cf. Abel 2001), nem “meramente ‘biologista’” (Schacht 1983, 55) ou “cientificista” (Schacht 2012).

O apogeu [“*heyday*”] (Dennis 2013) da disputa acerca do naturalismo de Nietzsche, todavia, está relacionado significativamente ao influente, embora controverso, livro de Brian Leiter *Nietzsche sobre a moralidade* [*Nietzsche on morality*] (2002). A polêmica de Leiter tem a intenção de separar Nietzsche de leituras alegadamente pós-modernas, na linha de Nehamas, que certamente não estaria de acordo com tal alinhamento. Duvido que tais práticas político-filosóficas de rotulação contribuam para um trabalho filosófico, se é que não recaem em um “engavetamento” de posições. Elas podem encorajar uma forma muito eloquente de “esterilizar” Nietzsche (Gemes / Janaway 2005, 739), mas igualmente acabam por tornar obscuro um entendimento apropriado do pensamento de Nietzsche e tendem a deslocar o debate sobre o conteúdo para uma argumentação sobre denominações apropriadas.⁵ Leiter certamente merece crédito por desencadear e colocar em foco um debate substancial, mas sua sugestão que leituras naturalistas de Nietzsche somente se tornaram prevalentes nos últimos anos e em função de estudiosos anglo-americanos como Schacht, Clark e ele próprio no contexto de uma recusa de afiliações pós-modernistas (Leiter 2013, 576), superestima uma percepção seletiva.⁶

Nietzsche tem sido visto em conexão com visões naturalistas desde os primórdios das pesquisas a seu respeito. A principal diferença dessas para com as interpretações naturalistas contemporâneas é que os primeiros estudiosos pensavam que o naturalismo era um ponto de vista simplista e ingênuo, de modo que o utilizavam para criticar Nietzsche ou assumiam que

⁵ Não tomo como demasiadamente sensato assumir que “enquanto os vários estilos de Nietzsche criam uma variedade de oportunidades e desafios interpretativos, eles não deveriam nos impedir de localizar Nietzsche no mapa das posições filosóficas” (Sinhababu 2014). Por meio de uma leitura profundamente delicada de BM/JGB 134 e GC/FW 354 Jakob Dellinger indica, de forma convincente, que Leiter apenas logra êxito em ‘localizar’ posições claras e ‘esterilizadas’ pagando o preço de simplificar expressões de Nietzsche e ignorar suas estratégias textuais subversivas e auto-subversivas (Dellinger 2012).

⁶ É digno de nota que Leiter inclua o “naturalismo evolucionário do final do século XIX e início do século XX” na lista de herdeiros proclamados de Nietzsche (Leiter 2002, 1). Todavia, ele não realiza qualquer esforço no sentido de reconstruir tal recepção, mas antes sugere que devemos escolher entre um Nietzsche naturalista ou pós-moderno.

Nietzsche iria além do naturalismo de uma forma ou de outra. Em resposta a inclusão corajosa, mas simplificadora que Leiter faz de Nietzsche na seara naturalista, vários estudiosos apontam para observações e perspectivas não naturalistas de Nietzsche. Christopher Janaway enfatiza a irredutibilidade dos traços terapêuticos da empresa filosófica nietzschiana (Janaway 2007). Rogério Lopes argumenta que o naturalismo de Leiter adota o paradigma histórico equivocados (o materialismo vulgar de Büchner ao invés das versões refinadas de Lange, Helmholtz e Caspari) e utiliza um conceito demasiadamente estreito de ciência, demasiado reificado e mecanicista para ser aplicado com êxito à Nietzsche (Lopes 2012). Mesmo Maudemarie Clark e David Dudrick – em explícito contraste a visão de Leiter e sua própria em momento anterior – chegaram a conclusão de que Nietzsche não era meramente naturalista ou cientificista mas perseguia simultaneamente um projeto fundamentalmente normativo (Clark / Dudrick 2012, 122).⁷ Tomando essa reconstrução da literatura enquanto argumento de autoridade, podemos notar que a ampla maioria dos estudiosos de Nietzsche reconhece elementos naturalistas em sua filosofia, sem submeter completamente sua visão ao estandarte do naturalismo.

2. O que é ‘naturalismo’ no final das contas?

Vimos que a mesma autoridade que dissocia Nietzsche do naturalismo concorda que ele possui ao menos alguns elementos de algum tipo de naturalismo. Isto nos traz de volta ao problema inicial: Se nós – inclusive Nietzsche – somos todos naturalistas agora, necessitamos demarcar a extensão específica do naturalismo, pois um termo que possui todos os significados, não possui significado algum. Uma forma de explicar o naturalismo é se referir aos

⁷ De fato, Kaufmann já havia notado esta tensão: "Nietzsche é consistentemente naturalista, na medida em que insiste que o homem não necessita romper por completo com a sua natureza animal para fazer o que é bom e para criar o belo. Todavia quando ele acrescenta que o homem deve transfigurar a sua *physis*, tornar-se perfeito e ajudar a natureza, deve-se indagar se isso também é naturalismo – e Nietzsche falha em dar resposta a essa pergunta." (Kaufmann 1974 [1950], 176f).

termos opostos como supranaturalismo, religião, culturalismo, historicismo, ocultismo, crença em milagres ou a linguagem da intencionalidade. Tal forma, no entanto, nos lega a dificuldade de definir os referidos termos opostos. Se mantivermos os requerimentos negativos demasiado amplos, nosso conjunto iria conter a todos que não acreditem em milagres, incluindo-se Platão, Hegel, Dilthey ou Husserl.⁸ Se aplicarmos um sentido mais estrito, excluindo todos os crentes religiosos, chegaríamos a implausível conclusão de que Kepler, Newton ou mesmo Darwin não eram naturalistas.⁹ Uma objeção similar é aplicada às tentativas de fornecer um conjunto conclusivo de conceitos ou posições associadas com o naturalismo. Janaway forneceu uma tal lista de “fazer e não-fazer” para explicar o naturalismo fraco de Nietzsche em sentido amplo (Janaway 2007, 34). Leiter, todavia, dado seu intento parecer bem recomendado a recusar tais versões do que ele denomina “naturalismo de lista de lavanderia” (Leiter 2013, 577) busca fornecer uma definição, filosoficamente, mais sofisticada. No sentido de encontrar o que unifica uma tal lista de posições sob a égide de naturalismo, uma definição abrangente parece se fazer necessária. Estamos, conseqüentemente, em busca da natureza do naturalismo.

Assumo o tratamento de Leiter da questão com um ótimo ponto de partida. Ele distingue um tipo substancial de naturalismo de um metodológico e atribui uma versão especulativa do segundo tipo a Nietzsche. Com relação ao naturalismo substantivo ele distingue uma versão ontológica, a qual defende que apenas coisas naturais existem, de uma versão semântica, que requer que

⁸ Keil e Schnädelbach chamaram minha atenção para uma passagem bela e ilustrativa da tese de Adorno contra o oculto na sua *Minima Moralia*: “ocultistas fulminam materialistas. Mas eles querem pesar o corpo astral. Os objetos de seu interesse devem supostamente ultrapassar a possibilidade de experiência e serem experienciados simultaneamente. Tudo deveria ser feito no campo da estrita ciência; quanto maior o embuste, mais cuidadosamente controlados os arranjos de tese. A pomposidade dos controles científicos é elevada *ad absurdum*. (Adorno 1951 § 151 – trans. Dennis Redmond 2005).

⁹ Darwin expressou visões agnósticas em suas notas biográficas tardias, mas deixou claro: “Eu nunca fui um ateuista, no sentido de negar a existência de Deus” (Darwin 1887, I, 274). Cf. E. H.

qualquer conceito a ser utilizado deva, em última análise, ser “submissível à investigação empírica” (Leiter 2002, 5). Essa análise revela que o naturalismo substantivo é baseado em um certo entendimento da natureza, o que por sua vez causa problemas. Geert Keil e Herbert Schnädelbach apontam para um equívoco em relação ao termo ‘natureza’, tal como é usado no naturalismo. Falar a respeito da ‘essência’, ‘substância’ ou ‘natureza’ de algo não deve ser confundido com ‘natureza’ enquanto aquilo que é material, ao redor ou internamente ao mundo natural (Keil / Schnädelbach 2000, 19). A fala de Nietzsche sobre a vontade de poder, por exemplo, não parece particularmente naturalista, ao menos não a primeira vista. Entretanto, se o naturalismo assume que não há nada além da natureza e todo e qualquer conceito deve ser reconstruído naturalisticamente, permanecemos com a questão do que é natureza. A natureza é o domínio do senso comum ou da física quântica, ou da história e sociedade, ou apenas da física e biologia? Responder que natureza é aquilo que o naturalismo assume enquanto tal seria recair em circularidade. O naturalismo substantivo está, portanto, quase sempre combinado a um naturalismo metodológico (tal como no requisito de Leiter de ser “submissível à investigação empírica”), porque – de acordo com o naturalismo – respostas sólidas para questões relativas à natureza da natureza recaem exclusivamente no domínio das ciências naturais. É por isso que “naturalismo filosófico, no sentido corrente do termo, é muito menos um “ísmo” da natureza do que um “ísmo” das ciências naturais” (Keil / Schnädelbach 2000, 12).

Todavia, o naturalismo metodológico, definido enquanto a visão de que a investigação filosófica “deve ocorrer em continuidade com a investigação científica” (Leiter 2002, 3) resolve apenas parte do problema, nomeadamente se lhe for permitido ser ‘especulativo’ (Leiter 2002, 4). Mesmo se deixarmos de lado as controvérsias sobre o método científico e o que caracteriza ‘investigação científica’ enquanto oposta a outros procedimentos de

geração e avaliação de reivindicações de conhecimento, a explicação do naturalismo em referência com as ciências contém uma soma de graves problemas.¹⁰ No encontro da Associação de Filosofia e Ciência de 2008, o professor Lawrence Sklar ministrou uma ilustrativa aula magna sob o título: *Eu adoraria ser um naturalista – se eu apenas soubesse o que naturalismo é*. Num primeiro olhar o naturalismo metodológico parece ser de definição clara: “O que existe no mundo? E com o que se parece? ‘deixe a ciência ser o seu guia’. A isto chamaremos ‘naturalismo’” (Sklar 2010, 1121). A preocupação dos filósofos com o problema da indução, subdeterminação, alternativas inconcebíveis, propriedades ou entidades não-observáveis, ceticismo geral, etc., não deve preocupar um pesquisador de mente “naturalisticamente” sóbria: “a resposta do naturalista é clara: ‘deixem que eles se preocupem com isso’” (Sklar 2010, 1122). De fato, duvido que Nietzsche, sendo um filósofo “dos pés à cabeça”, descarte essas preocupações com semelhante liberalidade, mas Sklar vai além em reconhecer mais problemas significativos, os quais não são anexados apenas por filósofos, mas derivam da ciência mesma: a história da ciência prova que as melhores teorias científicas maduras de seus dias foram posteriormente dispensadas e substituídas por visões, as vezes radicalmente, diferentes. A ciência abrange uma ampla, mas irreduzível variedade de métodos e teorias com diferentes escopos e significações. “Pior ainda, nossa atual física fundamental consiste em uma série de teorias que não podem ser todas corretas, visto contradizerem-se a si mesmas” (Sklar 2010, 1122). Ademais, teorias científicas fundacionais são constantemente sujeitas a múltiplas interpretações concorrentes e “a demanda por interpretação surge no interior da ciência teórica” (Sklar 2010, 1123). Dentro dessas interpretações, a filosofia

¹⁰ Um dos quais concerne a questão das características paradigmáticas da ciência. Em oposição ao enfoque de Leiter nas explicações causais, Lopes mostra que o modelo de boa ciência para Nietzsche é antes, proporcionar representações econômicas (Lopes 2012, 123) – uma ideia que o aproxima do princípio da parcimônia de Ernest Mach (cf. Gori 2009).

entra em jogo na forma de empirismo, realismo, construtivismo ou outras convicções e através da diferenciação de preferências acerca de valores epistêmicos como simplicidade, parcimônia, precisão, poder de previsibilidade e afins (Sklar 2010, 36). Então, Sklar conclui que a “física fundacional confia internamente em modos de pensar que só podem ser chamados de filosóficos e argumentos filosóficos repousam sobre o que só podemos chamar de inferência científica. Então, em que pode acrescentar realmente a tese naturalista?” (Sklar 2010, 1121). Se o naturalismo é a filosofia que toma a ciência como guia enquanto a ciência refere-se à filosofia (naturalista) na busca por orientação e fundamentação, é difícil conceber uma clarificação de naturalismo não circular nem trivial.

Parece que ficamos em companhia da suspeita de Keil e Schnädelbach de que o naturalismo expressa pouco mais que um respeito geral pelas ciências – uma atitude que nenhuma pessoa razoável tenderia a negar (Keil / Schnädelbach 2000, 7), nem mesmo Nietzsche. Há larga evidência de que Nietzsche aprovava descobertas científicas, lia a literatura científica e mesmo pretendia estudar química e física, e era profundamente influenciado pela sua contemporaneidade anti-religiosa e anti-metafísica da era da ciência.¹¹ Estudiosos de orientação e persuasão outra em geral concordam que ele manifesta um tal “respeito pela ciência” (Clark 1990, 105), ao menos “não se opõe à ciência ela mesma” (Nehamas 1983, 65), e não é “anti-ciência” (Babich 1999, 12) nesse sentido. O seu “experimento de substituir valores morais por valores naturalistas”, por exemplo, parece “completamente naturalista, i.e. todos os seus princípios estão abertos à investigação científica” (Kaufmann 1974 [1950], 146). Mas o que é ciência, pelo menos para Nietzsche? E como a ciência se relaciona com a filosofia? Essas são questões difíceis que não podem ser solucionadas nesse *paper*. Não obstante, por meio de uma análise do

¹¹ Cf., dentre outros títulos, (Heit et al. 2012 / Heller 2014).

primeiro livro de *Além do bem e do mal* pretendo mostrar que o mantra naturalista “deixe a ciência ser sua guia” não poderia de forma alguma ser a última palavra de Nietzsche.

3. Experimentos naturalistas em BM/JGB

O primeiro livro de *Além do bem e do mal* é uma dos textos mais ricos de Nietzsche, impondo desafios a qualquer interpretação por meio de suas alusões ocultas, sua forma literária e sua composição obtusa. Alexander Nehamas sugeriu certa feita para ler BM/JGB não enquanto argumentação direta, nem tampouco como mera coleção de aforismos, mas como um “longo, continuado, por vezes desconexo e desordenado, mas em última análise coerente monólogo” (Nehamas 1988, 51). Um bom monólogo é como uma composição musical, livre para executar seu intento de forma não linear, podendo utilizar-se de prelúdios, *leitmotifs*, contrapontos, repetições e variações de tempo. Portanto, minha interpretação é de fato baseada no arranjo das seções finalmente fixadas por Nietzsche, mas atentando para – tal denomina Werner Stegmaier – “cadeias de aforismos” temáticas. Tais cadeias por vezes diferem da ordenação numérica das seções estabelecendo virtualmente “a unidade de sua filosofia em um trançado, e não em um sistema” (Stegmaier 2012, 86). Em concordância com a leitura aqui proposta podemos dividir as seções do primeiro livro em quatro grupos: após a exposição do objeto em BM/JGB 1-2, seções 3-8, 12-13 e 18-19 são primariamente dedicadas a uma naturalização do homem e sua filosofia. As seções 9-11, 14-17 e 20-22 criticam a epistemologia, não só idealista mas também naturalista. O aforismo final 23 traz então um panorama programático.

BM/JGB 1 e 2 abrem os tópicos da primeira parte e introduzem o leitor aos procedimentos e métodos nietzschianos. É importante ter em mente que o próprio Nietzsche apresenta questões como um filósofo e as

compreende enquanto conclusões radicais da ambição da filosofia clássica. É ainda a velha “vontade de verdade que nos seduz a correr tantos riscos” (BM/JGB 1). Por questionar criticamente seus próprios instintos e justificação, a filosofia não para ou termina, mas torna-se autorreflexiva. Essa auto-reflexão primeiramente volta-se contra dois preconceitos dos filósofos: o preconceito do valor inquestionável da verdade (BM/JGB 1) e o preconceito da existência de opostos estritos (BM/JGB 2). Como veremos, essa problematização também refere-se ao erroneamente postulado contraste entre naturalismo e não naturalismo. Nietzsche pretende superar tais falsas oposições na prática, forma e conteúdo.

De acordo com Nietzsche, postular disjunções claramente opostas expressa “avaliações”, as quais bem podem ser “apenas avaliações-de-fachada e perspectivas provisórias” (BM/JGB 2). Essas perspectivas, não explicadas nem questionadas, indicam preconceitos escondidos nos filósofos. Preconceitos são juízos proferidos antes de uma avaliação apropriada, comumente baseados na presunção implícita de que um teste não se faz necessário dado ser o juízo supostamente auto-evidente.¹² O problema central é, portanto, não de que os filósofos estejam errados, “mas antes o fato de não haver suficiente honestidade genuína sobre eles” (BM/JGB 5). Tão logo tocamos nas questões básicas, esses filósofos, pretensamente críticos, demonstram certa carência de sua virtude mais importante: rigor intelectual. “Eles são todos advogados que não querem ser vistos enquanto tal, e na maioria defensores manhosos de seus preconceitos, que batizam de ‘verdades’ – estando muito longe de possuir a coragem da consciência para admitir esse fato, justamente esse fato” (BM/JGB 5). Pela expectativa de Nietzsche para admitir “justamente esse fato” torna-se

¹² Eu, portanto, discordo que o termo ‘preconceito’ em BM/JGB “não se refira a algo problemático que os filósofos devem superar, mas aos valores (ou pré-julgamentos) que são essenciais a toda filosofia” (Clark / Dudrick 2012, 42). Nietzsche não critica o fato de todo grande filósofo inevitavelmente expressar valorações, mas sim o de serem pretenciosos a esse respeito.

claro que para ele o oposto de um pré-julgamento não é um julgamento correto, mas sincero e auto-reflexivo. Nietzsche pretende que nos tornemos conscientes dos seus julgamentos, ou seja, ele argumenta em favor de uma atitude epistemológica mais crítica e consciente. Tal atitude revisada em consideração à validade limitada de nossas reivindicações de conhecimento é, também, o primeiro passo em direção a uma compreensão apropriada da ciência em tempos de falibilismo e perda da certeza – no mesmo sentido em que um crescente número de filósofos da ciência contemporâneos admitem também.¹³

Uma vez que Nietzsche tenha acrescentado suas interrogações à vontade de verdade e ao pensar através de opostos, ele se volta para o genealógico “de onde?” e o avaliativo “para quê?” desses preconceitos desencorajados. Para esse fim ele observa atentamente “às entrelinhas e os gestos” do filósofo (BM/JGB 3). A lição naturalista que ele retira dessa estratégia semi-metodológica de desmascaramento é que “a maior parte do pensamento consciente deve ser incluída entre as atividades instintivas” (BM/JGB 3). A maior parte dos pensamentos conscientes é relacionada a “avaliações” em um primeiro passo e então em um segundo, “dito explicitamente” à “exigências fisiológicas de uma determinada forma de vida” (BM/JGB 3). Essas exigências fisiológicas resultam em preferências pelo “determinado” ou “verdadeiro” (BM/JGB 3) e nas “ficcões lógicas” da mensurabilidade, incondicionalidade [*absolutness*], identidade e calculabilidade (BM/JGB 4). De acordo com Nietzsche, todavia, essas convicções são, não apenas injustificadas ou errôneas, mas necessidades fisiológicas. Seres humanos de nossa espécie só podem sobreviver em um cosmos ordenado, ao passo que “renunciar aos juízos falsos equivale a renunciar à vida, negar a vida”

¹³ É por essa razão que Lawrence Sklar considera “brincar com algumas modificações de nossa atitude própria fundada em *doxas* [*doxastic*] tomando a nós mesmos enquanto não crentes na ontologia de nossas teorias atuais” (Sklar 2010, 1122). Outros deram passos mais sinceros na direção de uma atitude epistêmica refinada, a qual eles denominam ‘perspectiva’ [*perspectival*] (Gieryn 2006) ou ‘realismo ativo’ (Chang 2012, ch. 4).

(BM/JGB 4). Os preconceitos dos filósofos são, por consequência, uma mistura de idiossincrasias normativas, falsas crenças e necessidades de vida escondidas. A dupla ‘redução’ de pensamento a juízos de valor e de juízos de valor a condições de vida, apresentam-se a si mesmas na direção reversa como um processo (intelectualmente desonesto) de racionalização. Toda grande filosofia é uma “confissão pessoal de seu autor” a um “testemunho de quem ele é – isto é, da hierarquia em que se dispõem os impulsos mais íntimos da sua natureza” (BM/JGB 6). Em BM/JGB 6 chegamos ao clímax do motivo naturalista, o qual Nietzsche também marca pela densidade reduzida das duas seções seguintes, 7 e 8.

Enquanto as seções 9 a 11 introduzem a cadeia epistêmica, BM/JGB 12 e 13 enlaçam novamente a concepção do homem como uma hierarquia interna de afetos. No lugar da velha oposição entre espírito e matéria e a falsa alternativa ao dualismo ou modelos reducionistas, Nietzsche rejeita o “atomismo da alma” tanto quanto a “inabilidade dos naturalistas, que mal tocam na ‘alma’ e a perdem” (BM/JGB 12). Ele avança na ideia de uma continuidade gradual e convida a “novas versões e refinamentos da hipótese da alma”. Termos como “‘alma mortal’, ‘alma como pluralidade do sujeito’ e ‘alma como estrutura social dos impulsos e afetos’ querem ter, de agora em diante, direitos de cidadania na ciência” (BM/JGB 12).¹⁴ Esse conceito de um contínuo orgânico é, como disse acertadamente Günter Abel, “uma naturalização para além da dicotomia metafísica transcendente e reducionismo física” (Abel 2001, 7). A seção seguinte 13 recomenda um modelo

¹⁴ É de amplo conhecimento o fato de que a fonte de tais ideias é Wilhelm Roux: *Der Kampf der Theile im Organismus* (1881), que entendia vida enquanto uma organização de força contínua, dinâmica e precariamente equilibrada. A visão da vida como um equilíbrio dinâmico também era sustentada por Goethe na sua *Morfologia* (1817 p. 56) tal como é citado – e certamente lido por Nietzsche – em Lange (Vol. II, p. 694). No contexto de suas notas sobre Roux Nietzsche escreve: “Nossas ciências naturais estão agora no caminho de clarificar os menores processos através de nossos afetos e emoções apreendidos, em resumo criar uma maneira de falar de tais processos: muito bom. Mas isso permanece um discurso-imagem [*Bilderrede*]” (NF 1881, 11 [128]). A semântica naturalista é vantajosa, mas ela não se liberta das limitações metafóricas da linguagem humana.

dinamicamente agonístico de natureza viva ao fisiologista do futuro (ao invés de postular um desnecessário instinto de autopreservação) e dá a ele seu nome: “a vida mesma é vontade de poder” (BM/JGB 13). Desse modo, basicamente, a questão da natureza do homem parece resolvida.¹⁵ No lugar do velho antagonismo entre corpo e alma e entre razão e natureza Nietzsche defende um contínuo naturalista de organização fisio-psicológica. O filósofo aparece como representante de um naturalismo anti-reducionista, todavia contaminado pela linguagem intencionalista e antropomórfica da ‘vontade de poder’, mas, para todos os fins, ainda um naturalismo.

Pode-se indagar, no entanto, se esses procedimentos naturalizantes estão “em continuidade com a investigação científica” no sentido requerido por um naturalismo especulativo metodológico. As especulações de Nietzsche conectam conceitos filosóficos e morais com conceitos naturais, tais como impulsos e necessidades biológicas. Isso é certamente um projeto de naturalização. Mas ao invés de aplicar explicações causais e reduções ele parece se engajar em uma atividade de tradução da linguagem filosófica tradicional em uma linguagem naturalista – no sentido de sua proposta de “retraduzir de volta o homem à natureza” (BM/JGB 230). Seus procedimentos fisio-psicológicos de desmascaramento não são nem derivados de pesquisa indutiva nem propostos de uma forma hipotético dedutiva de conjecturas e refutações. Antes, Nietzsche emprega seu instinto, psicologicamente informado, para extrapolar a partir de uma seleção de teorias científicas (como Roux entre outros) ao domínio amplo das visões filosóficas – se isso é considerado estar em continuidade com o método da investigação científica, tanto melhor. Eu assumo ser de melhor conselho tomar as suas formas de escrita filosófica enquanto em continuidade com certos resultados essenciais ou convicções da

¹⁵ Eu deixo de lado as seções 18 e 19, as quais concluem a cadeia naturalista (de acordo com a minha leitura) com uma discussão sutil sobre a vontade livre, visto elas especificarem a análise nietzschiana da natureza humana ao longo do modelo organizacional com que já estamos basicamente familiarizados.

ciência a ele contemporânea, mas não com os métodos de pesquisa científica propriamente.

4. Epistemologias perspectivistas em BM/JGB

Para apreciar corretamente o respeito de Nietzsche pelas ciências e suas respectivas descobertas, e para avaliar o status epistêmico de seus procedimentos naturalizantes, necessitamos de um olhar atento a cadeia de aforismos epistemológicos. Essa inicia em BM/JGB 9 no momento em que Nietzsche ataca a demanda de Sêneca na *De Otio* de viver ‘de acordo com a natureza’. Visto ser a natureza o âmbito da indiferença e caótica abundância, tal demanda ou é inalcançável (dado todo ser vivo apoiar-se na estrutura e diferença) ou redundante (uma vez que vida é, inevitavelmente, natureza). Mas BM/JGB 9 não é apenas ilustrativo com relação ao entendimento nietzschiano da natureza, mas igualmente com relação a qualquer projeto de naturalização. De acordo com a sua análise, a demanda estoica expressa um procedimento ideológico. A concordância com a natureza é somente postulada para presumir a validade universal de uma certa valoração. “Seu orgulho quer prescrever e incorporar à natureza, até à natureza, a sua moral, o seu ideal, vocês exigem que ela seja natureza ‘conforme a Stoa’” (BM/JGB 9). Ao invés de adaptar conceitos morais à natureza, a imagem da natureza é adaptada a certa moralidade. A crítica, entretanto, não se aplica somente ao estoicos e questiona sua justificação específica natural de juízos normativos e práticas, mas antes aponta para uma característica geral: “... Mas esta é uma antiga , eterna história: o que ocorreu então aos estoicos sucede ainda hoje, tão logo uma filosofia começa a acreditar em si mesma. Ela sempre cria o mundo à sua imagem, não consegue evitá-lo” (BM/JGB 9). É importante ter em mente esse aviso, particularmente com relação ao próprio projeto de naturalização de Nietzsche, pois ele não é tão óbvio em excluir a si próprio dessa objeção. Um filosofia

forte e auto confiante imporá, inevitavelmente, suas perspectivas à natureza e refletirá a si própria tal como em um espelho criado por si mesmo. Mas se criar um mundo a sua imagem é inevitável, a solução não pode estar em conter-se a tanto, mas antes em conter-se de *acreditar* na sua própria criação. Nietzsche coloca o problema de como perspectivas pode ser empregadas com êxito e simultaneamente estarem conscientes de sua validade limitada.

De acordo com minha leitura, esse é o exato propósito dos seguintes aforismos 10-11, 14-17 e 20-22 sobre os preconceitos epistemológicos dos filósofos, os quais discutem a aparente alternativa entre empirista e positivista “filosofastros da realidade” por um lado, e “antirrealistas” metafísicos e idealistas de outro (BM/JGB 10). Não é o caso, em absoluto, de Nietzsche tomar partido exclusivamente com um desses lados, mas antes ele divide os prós e contras de ambos em diferentes constelações. Após críticas severas à Kant e a filosofia pós-kantiana em BM/JGB 11, por seus efeitos sedativos sobre o sensualismo, Nietzsche volta-se imediatamente a elogiar Copérnico e Boscovich por sua corajosa vitória sobre os sentidos em BM/JGB 12. Ele argumenta que contemporaneamente “também a física é apenas uma interpretação e disposição do mundo (nisso nos acompanhando, permitam lembrar!), e não uma explicação do mundo” (BM/JGB 14) mas que isso deve ainda ser tomado por mais, por um tempo imprevisito. Ele reconhece que o idealismo platônico era uma “forma mais nobre de pensar” (BM/JGB 14). Esse procedimento dialético igualmente subjaz a mais proeminente defesa do sensualismo (e naturalismo) no BM/JGB 15:

Nesse ponto, Nietzsche repousa sobre os requisitos da fisiologia através de uma cláusula condicional: “Para praticar fisiologia com boa consciência, é preciso ter presente que os órgãos dos sentidos não são

fenômenos no sentido da filosofia idealista” (BM/JGB 15).¹⁶ Tal sabia Nietzsche a partir de suas leituras de Helmholtz e outros, não é meramente a filosofia idealista mas os resultados mesmos da própria fisiologia que atribuíram um papel ativo para os órgãos dos sentidos nos nossos processos de experiência do mundo. No entanto, *se* o que se pretende é retraduzir o homem de volta à natureza, *então* se deve assumir a validade e confiança relativas de nossos órgãos sensoriais: “Logo, o sensualismo ao menos como hipótese reguladora, se não como princípio heurístico” (BM/JGB 15). Nietzsche então apresenta um interessante argumento em favor de um tal princípio heurístico: se o mundo exterior é produto de nossos órgãos, mas os nossos órgãos são também parte do mundo exterior, então nossos órgãos seriam produto de nossos órgãos. “Esta é, a meu ver, uma radical *reductio ad absurdum* [redução ao absurdo]: supondo que o conceito de *causa sui* [causa de si mesmo] seja algo radicalmente absurdo. Em consequência, o mundo exterior *não* é obra de nossos órgãos – ?” (BM/JGB 15). Enquanto a primeira vista isso parece um forte argumento em favor do sensualismo, devemos ser aqui mais atentos e notar que a aparente conclusão não é escrita sem renúncia. O aforismo não termina com uma exclamação, mas com um traço e uma interrogação.¹⁷

O final propositadamente lacunar do texto enfatiza que a conclusão não é estabelecida, de fato, acima de qualquer suspeita. A aparente *reductio* não elimina versões refinadas de um entendimento construtivista de nossos órgãos sensoriais, tampouco constitui prova negativa do oposto, i.e. sensualismo. O que temos é uma tendência justificada para confiar nos nossos sentidos, nem

¹⁶ Jakob Dellinger mostra, de forma intrigante, no sentido contrário das leituras de Leiter, Kail ou Doyle que a frase de Nietzsche de praticar fisiologia ‘com boa consciência’ (uma qualificação acrescentada tardiamente ao primeiro esboço) já é um indício das suas reservas, desde que ‘boa consciência’ seja definida como um “perigo [...] marcando o esgotamento de uma honestidade mais sutil e genuína” em BM/JGB 31 e outros momentos (cf. Dellinger 2012, 162).

¹⁷ Nem Clark ou Dudrick (2004, 2012) tampouco Nadeem Hussain (2004) reconhecem esse fato estrondoso na sua ilustrativa discussão de BM/JGB 15.

mais nem menos. Isso também se torna óbvio a partir do primeiro esboço do que viria a ser BM/JGB 15. Em seu caderno ele escreve: “Sensualismo enquanto uma hipótese regulativa: tal qual o temos na vida. Ninguém toma um pedaço de carne por aparência” (KSA; Vol. 14, 350). Acreditamos em pedaços de carne; o realismo de senso comum e a confiança pragmática são atitudes epistêmicas recomendáveis para o nosso dia-a-dia, eles, entretanto, não solucionam querelas filosóficas. É razoável e funcional aplicar uma heurística sensualista; trata-se provavelmente da melhor e mais convincente abordagem disponível ao homem moderno, mas não atribuímos nenhuma certeza concernente a sua verdade. De acordo com essa leitura, posições idealistas e sensualistas não estabelecem um antagonismo exclusivo, no qual apenas um poderia ser considerado verdadeiro e o outro necessariamente falso. O autoexame crítico da filosofia antes ensina a questionar ambos e desconfiar da certeza de suas respectivas doutrinas. Mas Nietzsche não apenas mostra os limites e o caráter questionável de ambas visões, ele também enfatiza que uma crença provisória na sua verdade é necessária, pois ambas pertencem à “ótica perspectiva da vida” (BM/JGB 11). Essa ótica perspectiva está conectada com o problema da ordem de classificação (hierarquia), ao qual me volto na conclusão.

5. Naturalismo, ciência e a ordem de classificação das perspectivas

Vimos, Nietzsche não é anti-ciência, tanto seus procedimentos de naturalização quanto suas leituras e escritos exibem um significativo respeito pelas descobertas científicas. Todavia, isso não implica na sua adesão ao mantra naturalista de que a ciência deve, ou mesmo pode, ser o guia derradeiro. As perspectivas naturalistas de Nietzsche são apenas interpretações. Ele as explora experimentalmente nas suas práticas filosóficas e nos convida a

aceitá-las enquanto interpretações convincentes. Suas naturalizações desmascaradoras são conectadas a uma epistemologia crítica e com uma hierarquia não científica de disciplinas. É sobretudo com relação a essa hierarquia que Nietzsche e os chamados naturalistas seguem caminhos diferentes.

Em BM/JGB 6 Nietzsche distingue dois tipos de estudiosos: os trabalhadores científicos e os grandes filósofos. Vimos ele arguindo, de maneira naturalista, de que “não há absolutamente nada de impessoal sobre o filósofo; e particularmente a sua moral dá um decidido e decisivo testemunho *de quem ele é* – isto é, da hierarquia em que se dispõe os impulsos mais íntimos de sua natureza” (BM/JGB 6). Por outro lado, existem pessoas “verdadeiramente científicas” dentre as quais “deve realmente haver algo como um impulso pelo conhecimento” (BM/JGB 6). Tal impulso é descrito como “algum pequeno mecanismo independente, a maneira de um relógio”, que permite a esses estudiosos realizar um trabalho científico em qualquer área de pesquisa: “quase não faz diferença se a sua pequenina máquina é empregada nesta ou naquela área da ciência, ou que o jovem e ‘esperançoso’ trabalhador se transforme num bom filólogo, químico ou especialista em cogumelos” (BM/JGB 6).

A respeito desses trabalhadores pode-se pensar nas práticas de solucionar enigmas que, segundo a análise de Thomas Kuhn, caracteriza a ‘ciência normal’. Cientistas normais não estão preocupados com questões fundamentais, visto serem absorvidos pelo trabalho útil e por solucionar os referidos enigmas em concordância com as regras metodológicas estabelecidas tidas como certa dentro do contexto de um paradigma estabelecido.¹⁸ Nietzsche respeita seu trabalho, mas não atribui nenhum papel superior para essas figuras, como se mostra óbvio não apenas pelo modo como ele os

¹⁸ Cf. Kuhn (1969, 49-56).

ridiculariza enquanto filólogos (área por ele abandonada), químicos (área que ele pretendeu estudar outrora), ou especialistas em cogumelos (uma especialidade satírica acrescida posteriormente ao rascunho original de BM/JGB 6). Tais estudiosos são definidos para solucionar enigmas para outros (investigadores principais, agências financiadoras, orientadores de PhD, etc.), eles seguem um trabalho alienado em uma área de pesquisa estranha a sua própria personalidade – se é que possuem de fato personalidade. Esses trabalhadores obviamente também representam uma ordem interna de impulsos e afetos, mas seus principais incentivadores são o sucesso econômico, o prestígio social ou o que quer que seja. Seu tipo específico de emprego *científico*, portanto, não dá testemunho dessa ordem “ –ele não é *caracterizado* pelo fato de se tornar isso ou aquilo” (BM/JGB 6). Contrariamente, qualquer grande filósofo caracteriza-se não apenas por qual o seu autor, mas por ser alguém. Isso, por si só, separa a filosofia da pesquisa científica e garante a ela uma posição hierárquica superiora.¹⁹

Entretanto, a grande filosofia não é apenas o domínio de personalidades reais. A filosofia por si só também endereça sistematicamente questões tais como porque e com que propósito queremos a ciência. Definir uma hierarquia de objetivos de ação, incluídos objetivos de pesquisa, permanece essencialmente um problema filosófico. Essa tarefa superiora assegura sua posição privilegiada na hierarquia das disciplinas.²⁰ Nietzsche nega

¹⁹ É, por tal razão, difícil de aceitar a sugestão de Clark e Dudrick de que Nietzsche identificaria a si próprio com esses trabalhadores mecânicos da ciência, os quais estão presos a fazer o trabalho duro sob a liderança de outros (Clark / Dudrick 2004, 374; cf. Dellinger 2012, 165). Os próprios Clark e Dudrick admitem posteriormente que a filosofia não deve se tornar “um ramo da ciência natural” (Clark / Dudrick 2012, 154), porque a filosofia busca uma chamada ‘vontade de valorar’. Todavia, na sua recusa a interpretação naturalizada de Leiter de BM/JGB 6 eles falham em se dar conta (da mesma forma que Leiter também falha), de que valorar é algo que está ocorrendo *na* natureza a todo o momento de acordo com Nietzsche.

²⁰ Lanier Anderson deriva um conjunto similar de características distintivas entre a filosofia e a ciência por meio de uma análise de BM/JGB ‘*nós, eruditos*’. Diferentemente das ciências restritivamente especializadas, a filosofia busca uma unificação sintética de um domínio do conhecimento, incluindo um “juízo [...] sobre a vida” (BM/JGB 205). Em segundo lugar, enquanto a ciência é um projeto

a possibilidade de uma visão de mundo científica independente e autossustentada, pois a ciência pela ciência é incapaz de criar metas. Recursos não científicos são requeridos mesmo para colocar os objetivos da investigação científica, ainda mais com relação a metas abrangentes de cunho social ou cultural. Tal como posteriormente foi explicitado por Max Weber, Robert Merton e outros, Nietzsche igualmente entende a ciência como instituto de valor neutro.²¹ Embora problemas e enigmas surjam dos processos de pesquisa científica eles mesmos e agucem novos interesses cognitivos, a questão de se e até que ponto explorar e buscar conhecer algo específico é válido, não é respondida através o conhecimento científico. A ciência pode ser o melhor conselho ao se buscar os meios mais adequados para alcançar nossos objetivos; o raciocínio científico também pode indicar tensões e inconsistências no interior de nossa hierarquia de valores e metas. No entanto, colocar esses valores a ciência não pode. Alguém precisa decidir onde colocar o pequenino e independente mecanismo e esse alguém pode ser ‘cientista’, mas não a ‘ciência’. Por essa razão, uma visão de mundo puramente científica não é possível, a ela faltam os recursos para definir valores. A tentativa de confiar na ciência como nossa única guia iria, portanto, em última instância, nos deixar em vários domínios através dos quais necessitamos navegar sem guia algum. À luz dessas ideias, o livro primeiro de *Além do bem e do mal* encerra, de forma apropriada, com uma metáfora náutica, daquelas que encontramos frequentemente em Nietzsche. Então, se pretendes embarcar no “enorme, praticamente intocado, domínio do conhecimento perigoso” (BM/JGB 23),

essencialmente instrumental e desinteressado, a filosofia expressa necessariamente interesses. Ademais, apenas a filosofia pode desempenhar a grande tarefa essencial da “criação” de valores e “legislação” (BM/JGB 207; cf. Anderson 2012, 61). É por isso que a filosofia ocupa a posição primordial na ordem de classificação das ciências (cf. Borsche 2012).

²¹ De acordo com Marco Brusotti há apenas uma exceção a essa regra. Apenas GC/FW 7 indica que as construções ciclópicas da ciência futura podem ser experimentos de colocação de valores (cf. Brusotti 2012 97f). Todavia, para mim parece que o “heroísmo”, i.e. uma certa atitude subjacente a empresa científica, está aqui colocando valores, enquanto os “séculos de experimentação” apenas testam seus resultados (GC/FW 7).

Nietzsche o recomendaria a entrar no ‘navio da ciência’, mas sem a confiança de pensar que esse navio sabe para onde vai.

REFERÊNCIAS

ABEL, G. *Nietzsche. Die Dynamik der Willen zur Macht und die ewige Wiederkehr*. Berlin; New York: de Gruyter, 1984.

_____. “Bewusstsein - Sprache - Natur. Nietzsches Philosophie des Geistes.” In: *Nietzsche Studien* 30, 2001, p. 1-43.

ADORNO, T.W. *Minima Moralia. Reflexionen aus dem beschädigten Leben*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1951.

ANDERSON, R. L. “The Will to Power in Science and in Philosophy” In: Helmut Heit, Günter Abel & Marco Brusotti (Eds.): *Nietzsches Wissenschaftsphilosophie. Hintergründe, Wirkungen und Aktualität*. Berlin; New York: de Gruyter, 2012, p. 55-72.

BORSCHÉ, T. “Wozu Wissenschaft? Überlegungen zu Fragen der Rangordnung im Wissenschaftsdiskurs nach Nietzsche” In: Helmut Heit, Günter Abel & Marco Brusotti (Eds.): *Nietzsches Wissenschaftsphilosophie. Hintergründe, Wirkungen und Aktualität*. Berlin; New York: de Gruyter, 2012, p. 465-480.

BRUSOTTI, M. “Naturalismus? Perfektionismus? Nietzsche, die Genealogie und die Wissenschaften” In: Helmut Heit, Günter Abel & Marco Brusotti (Eds.): *Nietzsches Wissenschaftsphilosophie. Hintergründe, Wirkungen und Aktualität*. Berlin; New York: de Gruyter, 2012, 91-112.

CHANG, H. *Is Water H2O? Evidence, Pluralism, and Realism*. Dordrecht: Springer, 2012.

CLARK, M. & DUDRICK, D. "Nietzsche's Post-Positivism." In: *European Journal of Philosophy* 12 (3), 2004, p. 369-385.

_____ *The Soul of Nietzsches 'Beyond Good and Evil'*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DARWIN, F. *The Life and Letters of Charles Darwin. Including an Autobiographical Chapter*. New York: Appleton, Ed. 1887

DELLINGER, J. "Sanitizing Nietzsche? Bemerkungen zur Tendenz eines 'naturalistischen' Nietzsche-Bildes" In: Renate Reschke & Marco Brusotti (Eds.): *'Einige werden posthum geboren'. Nietzsches Wirkungen*. Berlin; Boston: de Gruyter, 2012, p. 159-171.

DENNIS, M. "Nietzsche, Naturalism, and Normativity. ed. by Christopher Janaway and Simon Robertson (review)." In: *The Journal of Nietzsche Studies* 44/3, 2013, 502-505.

DORNER, A. *Pessimismus. Nietzsche und Naturalismus*. Leipzig: Eckardt, 1911.

GEMES, K. & JANAWAY, C. "Naturalism and Value in Nietzsche." In: *Philosophy and Phenomenological Research* 71, 2005, p. 729-740.

GIERE, R. N. *Scientific Perspectivism*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

GORI, P. "The Usefulness of Substances. Knowledge, Science and Metaphysics in Nietzsche and Mach." In: *Nietzsche Studien* 38, 2009, p. 111-155.

HEIT, H. & ABEL, G. & BRUSOTTI, M. *Nietzsches Wissenschaftsphilosophie. Hintergründe, Wirkungen und Aktualität*. Berlin; New York: de Gruyter, Eds. 2012.

HEIT, H. & LISA, H. *Handbuch Nietzsche und die Wissenschaften. Natur-, Geistes- und Sozialwissenschaftliche Kontexte*. Berlin; Boston: de Gruyter, Eds. 2014.

HOYNINGEN-HUENE, P. *Systematicity: The Nature of Science*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HUSSAIN, N. J. Z. "Nietzsche's Positivism." In: *European Journal of Philosophy* 12 (3), 2004, p. 326-368.

JANAWAY, C. *Beyond Selflessness. Reading Nietzsche's Genealogy*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

JASPERS, K. *Nietzsche. Einführung in das Verständnis seines Philosophierens*. Berlin: de Gruyter 1981, 1936.

KAUFMANN, W. *Nietzsche. Philosoph - Psychologist - Antichrist*. Princeton: Princeton UP (4th edition), 1974 [1950].

KEIL, G. & SCHNÄDELBACH, H. "Naturalismus" In: Geert Keil & Herbert Schnädelbach (Eds.): *Naturalismus. Philosophische Beiträge*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2000, p. 7-45.

KUHN, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press (3rd ed. 1996), 1962.

LAUDAN, L. "The Demise of the Demarcation Problem" In: Larry Laudan (Ed.): *Beyond Positivism and Relativism. Theory, Method and Evidence*. Boulder: Westview, 1983, p. 210-222.

LEITER, B. *Nietzsche on Morality*. London; New York: Routledge, 2002.

_____ "Nietzsche's Naturalism Reconsidered" In: Ken Gemes & John Richardson (Eds.): *The Oxford Handbook of Nietzsche*. Oxford: Oxford UP, 2013, p. 576-598.

LOPES, R. "Methodologischer Naturalismus, epistemische Tugenden und Normativität bei Nietzsche". In: Helmut Heit, Günter Abel & Marco Brusotti (Eds.): *Nietzsches Wissenschaftsphilosophie. Hintergründe, Wirkungen und Aktualität*. Berlin; New York: de Gruyter, 2012, p. 113-124.

MÜLLER-LAUTER, W. "Nietzsches Lehre vom Wille zur Macht" In: Ders. (Ed.): *Über Werden und Wille zur Macht. Nietzsche-Interpretationen I*. Berlin; New York: de Gruyter 1999, 1974, p. 25-95.

NEHAMAS, A. "Who are 'The Philosophers of the Future'? A Reading of 'Beyond Good and Evil'" In: Robert C. Solomon & Kathleen M. Higgins (Eds.): *Reading Nietzsche*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 46-67.

SCHACHT, R. *Nietzsche*. London; Boston: Routledge, 1983.

SCHACHT, R. "Nietzsche's Anti-Scientific Naturalism" In: Helmut Heit, Günter Abel & Marco Brusotti (Eds.): *Nietzsches Wissenschaftsphilosophie. Hintergründe, Wirkungen und Aktualität*. Berlin; New York: de Gruyter, 2012, p. 161-186.

SELLARS, R. W. *Evolutionary Naturalism*. Chicago: Open Court, 1922.

SINHABABU, N. "Ken Gemes and John Richardson (Eds.) *The Oxford Handbook of Nietzsche* (Review)." In: *Notre Dame Philosophical Reviews. An Electronic Journal*, 2014, p. 07.13.

SKLAR, L. "I'd Love to Be a Naturalist—if Only I Knew What Naturalism Was." In: *Philosophy of Science* 77/5, 2010, p. 1121-1137.

STEGMAIER, W. *Nietzsches Befreiung der Philosophie. Kontextuelle Interpretation des V. Buchs der "Fröhlichen Wissenschaft"*. Berlin; Boston: de Gruyter, 2012.